

**Apontamentos sobre o embate entre os liberais mineiros e o
bispo de Mariana Frei José da Santíssima Trindade no Primeiro
Reinado**

Notes on the dispute between the Liberal of Minas Gerais and
bishop of Mariana José da Santíssima Trindade in the First Empire (1822-
1831)

Heiberle Hirsberg Horácio¹

[quintushoratius@bol.com.br]

Resumo

Procuramos nesse artigo desenvolver alguns apontamentos sobre o embate entre os liberais mineiros e o bispo Frei José da Santíssima Trindade no Primeiro Reinado. Lembrando que nesse momento observamos em Minas Gerais uma disputa entre a elite política liberal e absolutista pela hegemonia de seus projetos na referida província, em um momento fundamental para edificação do Estado Nacional brasileiro.

Palavras-chave: Absolutismo; Liberais; Bispo de Mariana.

Abstract

We seek to develop in this article some notes about the dispute between the Liberal of Minas Gerais and bishop José da Santíssima Trindade in the First Empire (1822-1831). Recalling that moment observed in Minas Gerais a dispute between the liberal elite and the absolute hegemony of its projects in that province in a critical time for building up the Brazilian National State.

Key words: Absolutism; Liberal; Bishop of Mariana.

Entendendo que a pesquisa sobre os eclesiásticos que compuseram as elites políticas no Primeiro Reinado (momento da construção de um projeto de Estado propriamente brasileiro) pode ser fundamental para a compreensão do processo de edificação do nosso Estado Nacional, faremos aqui alguns apontamentos sobre um dos eclesiásticos que participou da dinâmica supracitada. Referimo-nos ao Bispo de Mariana, o Frei José da Santíssima Trindade.

¹ Mestre em Ciência da Religião, área Ciências Sociais da Religião, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

De antemão esclarecemos que o presente artigo não tem como propósito ser uma biografia resumida. Buscaremos aqui exibir pequenos apontamentos de como no processo de instauração, por parte da elite política mineira liberal-constitucionalista, de um projeto político didático pedagógico de implementação de um liberalismo (tido pelos historiadores como moderado) norteado pela afirmação das leis e da Constituição, a elite liberal se relacionou e se opôs a um membro da cúpula da Igreja que defendera o poder centralizado nas mãos do Imperador baseado no Direito Divino do mesmo.

Em relação à participação dos eclesiásticos entre as elites políticas mineiras, podemos constatar essa presença, em meio a outras possibilidades, pela participação desses religiosos na imprensa² mineira³. Entre alguns nomes atuantes nesse setor encontramos o do Padre Bhering, fundador do periódico liberal mineiro *O Novo Argos*, deputado na Assembléia Nacional de 1834-1837 e deputado provincial em 1835-1837 e 1846-1853; o Padre Marinho que além de ter sido juiz de paz de Ouro Preto em 1834, Deputado Provincial nas duas primeiras Câmaras e Deputado Geral na quarta, sexta e sétima câmara foi colaborador, já na Regência, dos periódicos liberais como *Astro de Minas*, *Despertador Mineiro*, *Americano*, ambos em São João del Rei, colaborou na Sociedade Promotora da Instrução Pública e no Constitucional, ambos de Ouro Preto, além de ter sido chefe de redação do *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro.

Além desses nomes, temos ainda o criador dos periódicos liberais de Pouso Alegre, o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, que foi também eleito deputado nas três primeiras legislaturas (1826-1829, 1830-1833, 1834-1837) e nomeado senador em 1834. Segundo o historiador Wlamir Silva (2002, p. 116):

Destacava-se nessa elite a presença de padres, desde o início do processo de Independência. Na representação brasileira às Cortes de Lisboa, em 1820, estariam dezenove sacerdotes, entre eles três mineiros [lembrando que os mineiros não vão às cortes]. Na articulação da Independência se destacaram os padres José Lopes Mendes Ribeiro, Vigário de Piranga, José Bento Leite Ferreira de Mello e José

² Podemos refletir sobre tal afirmação se levarmos em conta que a elite mineira utilizou como instrumento na busca de uma hegemonia a imprensa e que a imprensa desse período foi fundamentalmente política, surgida no mesmo período da construção do Estado Nacional propriamente brasileiro (Primeiro Reinado) e do nascimento das idéias liberais no Brasil.

³ Característica que podemos observar no periodismo nacional como: O Relator Verdadeiro dirigido pelo padre absolutista Francisco Pereira Barreto, O Conciliador Nacional do beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gama, Maribondo do padre José Marinho Falcão Padilha, *Gazeta Pernambucana* do Padre Venâncio Henriques de Resende entre outros.

Custódio Dias. Na Assembléia Constituinte de 1823 participaram seis sacerdotes mineiros⁴.

É no mínimo ilustrativo sabermos que o precursor da imprensa e do jornalismo mineiro foi justamente um membro do clero, o padre José Joaquim Viegas de Menezes, que realizou a primeira impressão conhecida em Minas Gerais, um poema para o então governador Pedro Maria Xavier de Ataíde.

Para o historiador Alcir Lenharo, a presença do poder eclesiástico na elite política mineira deve-se ao fato desse segmento possuir “formação intelectual privilegiada em relação ao conjunto dos demais proprietários e, através do ministério sacerdotal, ganhavam prestígio e reconhecimento que lhes abriam a porta da carreira” (Lenharo, 1979, p. 120).

Abrimos aqui um parêntese para salientarmos que a elite política mineira desse período era uma elite organicamente ligada à classe de proprietários e que o fato de possuir em seu bojo eclesiásticos, não anula tal indicação. Pois, provavelmente, pesquisas mais específicas nos permitiriam demonstrar que muitos eclesiásticos também eram eles mesmos proprietários. Tal como podemos observar em casos como o do padre José Custódio Dias, que além de padre foi administrador de fazenda da sua família⁵, o do Padre José Bento Leite Ferreira de Melo. Todavia, mesmo que não fossem diretamente proprietários esses eclesiásticos possuíam identificação com esse segmento, pois,

A classe proprietária, no contexto da sociedade de abastecimento, foi, então, a base de identidade e o campo de interação da elite política moderada. Dela saíram muitos de seus representantes, e em torno dela se formou um grupo de não proprietários de especial catadura intelectual, que se aproximou do elemento mais dinâmico do mundo material daquela sociedade, tornando-o como referencial e limite de sua ação (Silva, 2002, p. 115).

Na dinâmica da disputa entre as elites políticas mineiras, os eclesiásticos que faziam parte da alta cúpula da Igreja, foram identificados, pelos liberais, como absolutistas, pois defendiam as prerrogativas centralizadoras da mesma. E, entre eles,

⁴ Os padres mineiros designados à corte são: Belchior Pinheiro de Oliveira (Vigário de Pitangui, José Custódio Dias e Manuel Rodrigues Jardim. Os da Constituinte de 1823 foram: Belchior Pinheiro de Oliveira, José Custódio Dias, Manuel Rodrigues da Costa, José de Abreu e Silva e os cônegos Antonio da Rocha Franco e Francisco Pereira de Santa Apolônia.

⁵ Padre ordenado no Seminário de Mariana em 1791, deputado na Assembléia Constituinte em 1823 e Deputado nas três primeiras Câmaras Nacionais, Senador 1835.

encontramos o nome do Frei Santíssima Trindade como o maior representante do clero absolutista em Minas Gerais.

Trindade nasceu em Portugal e chegou ao bispado por uma indicação de D. João VI. Sexto bispo da Diocese de Mariana, onde permaneceu de 1820 a 1835 (ano de sua morte), foi inimigo enérgico das “idéias modernas” e do iluminismo, seus posicionamentos contra elas eram, antes de tudo, “expressões do próprio movimento de conservação implementado pela Igreja no século XIX, reafirmando agonicamente as prerrogativas do Concílio de Trento num mundo que ia se transformando completamente” (Trindade, 1998, p. 26).

Segundo o historiador Wlamir Silva (2002, p. 269), o bispo Santíssima Trindade “atribuiria todos os males ao liberalismo”, como podemos ilustrar: “consta-nos que se achava recolhido na Cadeia Pública desta Cidade um Crioulo, que era Sacristão da Matriz do inficionado por haver roubado a âmbula, cujo desacato S. Exa Rev. não se envergonhou de atribuir à desenfreada liberdade dos nossos tempos, e que as suas criaturas mais sem reboço atribuíam aos liberais” (*O Universal*, 16/03/1831, n. 575).

Orientado pelas respostas da Igreja “às novas idéias”, como a reafirmação do escolatismo e o restabelecimento da Sociedade de Jesus (1814) (Trindade, 1998, p. 36) Santíssima Trindade teve entre suas atividades a tarefa de realizar sistematicamente visitas pastorais com o objetivo de reforçar na população a moral cristã e, porque não, a política absolutista da Igreja. Segundo Ronaldo Polito: “as visitas pastorais ou diocesanas permitiam que se estabelecesse o contato direto do bispo com os fiéis, sendo, portanto, um momento privilegiado de legitimação e fortalecimento do poder religioso” (Trindade, 1998, p. 38).

Podemos pensar que estas visitas eram utilizadas pelo bispo como instrumento do seu proselitismo ético-político relacionado ao pensamento conservador, uma vez que nestas ocasiões suas recomendações aos sacerdotes tinham quase sempre o mesmo sentido:

(PROVIMENTO À FREGUESIA DO PILAR DE OURO PRETO)

Recomendamos muito ao reverendo pároco a observancia da determinação dos nossos Antecessores sobre as palestras de moral nas quintas-feiras de cada semana na sacristia da igreja, à qual devem concorrer todos os sacerdotes, e nenhum destes poderá requerer novos provimentos sem atestação do reverendo pároco presidente de que tem freqüentado as mesmas, à exceção de justo impedimento. Porquanto a ignorância da doutrina cristã é digna de lástima, ordenamos a todos os confessores, e com pena de suspensão ipso facto, não admitam a penitente algum a Confissão, em

especial da desobriga, sem proceder exame da doutrina indispensável da sua instrução, exceto aqueles que se conhecerem que têm instrução pelo seu estado e reconhecida probidade e morigeração. Para se conservar ileso a economia da disciplina da Igreja, ordenamos a todos os confessores, com pena de suspensão ipso facto, não admitam a satisfação dos preceitos quaresmais a qualquer penitente sem licença expressa in scriptis do reverendo pároco, coadjutor principal ou capelães curas autorizadas. E sendo denegada esta licença por falta somente da solução das conhecenças (o que não esperamos da probidade do reverendo pároco), poderão os paroquianos recorrer a nós para providenciarmos e extirparem de todo este abuso tão escandaloso.

Recomendamos muito gravemente ao reverendo pároco a pronta escrituração dos assentos dos batizados, óbitos e casamentos, observando as sábias determinações dos nosso Predecessores, e de se lançarem os mesmos nos mesmos atos em que se procede a qualquer dos objetos apontados, a fim de se evitarem os inconvenientes e conseqüências lastimosas de semelhantes faltas.

Exortamos com muita especialidade ao reverendo pároco que, em razão do seu ofício, declame contra a libertinagem que tanto grassa por desgraça digna de lágrimas de sangue, num século tão presumido de luzes, sendo este o seu principal dever, derramando no espírito do povo que lhe está cometido a verdadeira doutrina e edificando com a palavra e com o exemplo, vindo a ser o exemplar perfeito da porção do rebanho que lhe está cometido e do qual há de dar estreita conta ao Supremo Pastor e Remunerador dos bons e dos maus (Trindade, 1998, 260). (grifo nosso).

(PROVIMENTO À FREGUESIA DE ANTONIO DIAS)

Recomendamos com toda a força do nosso espírito ao reverendo pároco não cesse da clamar contras os libertinos, que vão grassando tão desaforados, inspirando nos seus paroquianos o espírito da verdadeira doutrina, não lhes faltando com este alimento da alma, que é o seu mais principal dever e indispensável ofício, e com especial corroborada a doutrina vocal com o mais qualificado exemplo, vindo a ser a verdadeira forma por onde se dirijam as ovelhas que lhes estão cometidas, e dos quais há de dar estreita conta ao Supremo e Justo Remunerador dos bons e dos justos (Trindade, 1998).

Ainda, segundo o historiador Ronald Polito as orientações seguidas pelo bispo e conseqüentemente o tom das orientações dadas pelo mesmo, vinculavam-se ao ultramontanismo. Na avaliação de Ronald Polito:

Em alguma medida simpatizante dos grupos restauradores, mas talvez sobretudo defensor da autoridade constituída, o bispo ainda se enquadra, em grande medida, entre os ultramontanos, a facção mais conservadora do clero católico do país no período. Fundamentalmente propugnadores da concentração do poder eclesiástico nas mãos do Papa, os ultramontanos eram ainda contrários à imigração e propagação protestante ou à legislação favorável aos protestantes, às orientações ideológicas e sociais da revolução francesa e a todos os outros grupos ideologicamente constituídos, como o galicanismo, o jansenismo, a maçonaria, o racionalismo, o deísmo, o socialismo, o liberalismo e seus corolários civis, como casamento civil, liberdade de religião ou liberdade de imprensa (Trindade, 1998, p. 36). (grifo nosso).

Em relação à oposição à liberdade de imprensa defendida pelos ultramontanos, Santíssima Trindade foi consoante, pois considerava que os liberais utilizavam-na

contra a ordem estabelecida. Tal como podemos ler em carta que escreveu ao Marquês de Nazaré, “então ministro e secretário da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e Eclesiástico, em 1º de janeiro de 1827” na qual afirmava que se fosse ele o responsável “tolheria a liberdade de imprensa para não desacreditarem tanto aos ministros da Igreja, como se observa nessa província” (Trindade, 1998, p. 36).

Santíssima Trindade foi também o responsável pela reabertura, após nove anos de fechamento, do Seminário de Mariana. Reformado totalmente na administração de Trindade, contava com a doação de 250 escudos por ano feita por D. Pedro I em decorrência de um pedido do próprio bispo ao Imperador, pois: “Este por certo admirava o imperador, a quem hospedou (...), no mês de março, em sua visita a Minas Gerais, quando o imperador foi friamente recebido pelos liberais em Ouro Preto, vitoriosos em Minas nas eleições de 1829” (Trindade, 1998, p. 34).

O Seminário de Mariana foi palco de disputas políticas oriundas das tensões causadas entre as orientações conservadoras do bispo Trindade e a presença de alguns padres já influenciados pelas idéias liberais. Exemplo desses embates pode ser visto na exoneração levada a cabo pelo bispo, em 1829, do então professor de Filosofia do Seminário, o padre liberal Antônio José Ribeiro Bhering, acusado de ensinar “conteúdos infectas” aos alunos (Trindade, 1998, p. 38). De acordo com o historiador Ronald Polito:

O padre Bhering, ordenado em 1º de novembro de 1826, é nomeado pelo bispo 3 meses depois, professor de filosofia e retórica do seminário. Na condição de lente, prega livremente para seus alunos as novas idéias do pensamento filosófico, certamente de tom iluminista. Admoestado várias vezes pelo bispo, não se sente acuado, acabando por ser exonerado pelo bispo em carta de 5 de outubro de 1829. Como diz Raimundo Trindade, “foi um escândalo”. Ouro Preto cidade natal do Padre Bhering, saiu em sua defesa, conferindo-lhe a cadeira de retórica, em nítido agravo ao bispo (Trindade, 1998, p. 33).

O supramencionado dinamismo político no interior do Seminário, devido à disputa entre os eclesiásticos com orientações liberais e os eclesiásticos com orientações absolutistas, acarretaram, além da demissão de professores, como no caso supracitado, à “expulsão de alunos e a perseguição a estudantes com o tope nacional” (*O Universal*, 08/06/1831, n. 604)⁶: “as Cadeiras de Filosofia, e Teologia passaram atrevidamente a insultar os Seminaristas de tope” e “costumam de ordinário misturar as suas explicações

⁶ Ver: (Rodrigues, 1986, p. 33).

com insultos os mais grosseiros aos Liberais, à liberdade de Imprensa, à Soberania Nacional (...)”(*O Universal*, 10/06/1831, n. 605)⁷.

Do interior desse Seminário saíram algumas manifestações escritas⁸ simpatizantes ao absolutismo, pois, o principal periódico absolutista chamado *O Telegrapho*, teve como um dos seus apoiadores, anonimamente, o bispo Trindade.

O *Telegrapho*, que defenderia “a Constituição de 1824 a partir da sobrevivência do Direito Divino, adaptando o velho ao novo numa síntese autoritária” (Silva, 2002, p. 280), combatia veementemente o pensamento liberal, defendia o caráter sagrado da pessoa de D. Pedro I bem como a necessidade da manutenção de um governo absoluto. Este periódico comparava os liberais aos “jacobinos franceses e defendia ‘Altars’ e ‘Religião’” (Silva, 2002, p. 280). A reprodução de um extrato do *Telegrapho*, feita no jornal liberal *O Universal*⁹, permite-nos advertir como a Teoria do Direito Divino dos Reis se configurava no pensamento absolutista:

Lembrar-se-iam nunca (os telegráficos) de darem passos contrários às Ordens e Vontades d’Aquele, para quem olham como sentado no Trono por vontade de um Deus, em cujo evangelho (* se lê o per me Reges regnant?). Os Telegráficos lembrar-se-iam jamais de forçar à Aquele que foi ungido perante os Altars do Deus Vivo, Rei dos Reis, Senhor dos Senhores? Lembrar-se-iam eles nunca de forçar ao Anjo Tutelar, que o onipotente por meios impenetráveis à curta esfera do homem Colocou entre nós para Erigir, e Criar este nascente e vasto Império; Salvando-se de todos os escolhos que empecer pudessem a marcha para sua elevação e grandeza; como por vezes já o Tem feito, e vós mesmos tendes testemunhado? Não; os Telegráficos nunca se lembraram, lembram, nem lembrar-se-ão de forçar por algum qualquer motivo ao seu Monarca, ao seu Soberano, ao seu Magnânimo Imperador Pedro I, para quem olha como Homem, sim; mas Homem, que veio à luz já revestido de inauférível Direito ao Trono Imperial em que se senta. Os Telegráficos não se lembram d’ alguma outra Constituição ou forma de Governo, senão daquela ou aquele que felizmente nos rege &c (...) ¹⁰. [grifo nosso].

⁷ Ver: (Silva, 2002).

⁸ Importante mencionar que funcionava no interior do Seminário um pequeno jornal denominado *O Sentinela do Seminário*, cujas pesquisas levam a crer que possuía uma inclinação aos liberais.

⁹ Em Minas Gerais o periódico mais importante, pelo menos no Primeiro Reinado, foi o periódico liberal *O Universal* editado na capital Ouro Preto. *O Universal* circulou de 18 de julho de 1825 a 10 de junho de 1842, sendo o periódico de maior longevidade da província. Segundo Rodrigues (1986): “*O Universal* é que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente cultural mineiro. Realmente só se compreende a vida cultural mineira na primeira metade desse século em referência a este jornal, de forte tendência liberal”. *O Universal* teve como fundador, mentor intelectual e um dos principais colaboradores o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos utilizava o jornal para defesa dos interesses dos proprietários que representava, sendo que o periódico dedicava-se inclusive à divulgação da atuação política do deputado.

¹⁰ “Copiamos o seguinte pedaço de um sermão semi-político e religioso que apareceu no *Telegrapho* 87 por ser muito digno de observação e análise” (*O Universal*, 05/03/1829, n. 412).

Foi contra esse periódico e contra a postura do Bispo que o apoiava que os liberais se opuseram ao que eles chamavam de o absolutista de Minas.

Os absolutistas, tidos pelos liberais como estrangeiros e sanguessugas¹¹ de empregos públicos, eram combatidos por estes e identificados como indivíduos que buscavam as “sobrevivências do Antigo Regime” (Silva, 2002, p. 278) e as benesses de uma Igreja considerada corrupta pelos liberais.

No ataque dos liberais aos absolutistas e, naturalmente, a Santíssima Trindade, um dos principais instrumentos foi a imprensa. Por ser uma imprensa fundamentalmente política, os periódicos liberais desse período possuíam um caráter doutrinário e didático-pedagógico. Doutrinário porque voltado para a implementação do ideário político, no período o liberal-constitucionalista, didático-pedagógico porque para atingir o referido objetivo buscava a utilização de “estratégias” diversas para conquista dos leitores. Estas referidas características e suas utilizações contra o bispo e os absolutistas podem ser observadas, quando dentro da pedagogia liberal, por exemplo, de criação de identidades políticas, estes identificam os absolutistas a alcunha de “corcundas”¹². Também dentro do supracitado processo didático-pedagógico encontramos desde Correspondências enviadas por leitores¹³ até comentários em tom sarcásticos contra o bispo:

O nosso ex. Bispo querendo obsequiar ao nosso M. Imperador mandou que na missa se desse a Oração Pro peregrinantibus. Ora S. Ex. parece que não sabe o significação da palavra peregrino, o que é provável, ou injuriou o Imperador do Brasil chamando-o peregrino dentro dos seus Estados. È miserável essa gente Telegráfica – quando quer louvar deprime, e quando pretende deprimir, louva (*O Universal*, 02/03/1831, n. 564).

Ainda sobre as críticas e identidades associadas ao bispo pelos liberais, encontramos em um periódico liberal a identificação de Trindade ao despotismo, pois esse, onde segundo consta, proibiu os padres de assistirem às cerimônias de quarta-feira

¹¹ “Estes que em santo ócio gozam e desfrutam grandes partes da renda da nação” (*O Universal*, 20/04/1829, n. 276).

¹² “Palavra da moda, homem que, afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como dromedário para recebê-la, e, trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas idéias de uma sórdida cobiça” (Lima, 1821, p. 5).

¹³ Como nessa correspondência onde o autor critica o Bispo por ter demitido o professor e padre liberal Antonio Bhering e diz que a razão da crítica é: “eis o motivo porque tem sido sobremaneira censurado o Ex. Prelado, porque devendo lembrar-se da moderação, que deve ser própria do alto cargo que ocupa, pelo contrário se porta cheio de furor com este ou aquele eclesiástico que não segue o seu partido: O Telegrafo”. (*O Universal*, 16/10/1829, n. 353).

de cinzas. Interessante observarmos que o extrato começa com o seguinte subtítulo: “Custa crer que o mais horrível despotismo pese ainda sobre nós”. Daí, temos:

Quando o pacífico e religioso povo da capital de Minas Gerais se dispunha para assistir a celebração dos Divinos Ofícios, que nos fazem recordar nesses santos dias a memória da paixão de Jesus Cristo, nosso Redentor e Salvador, e quando já alguns devotos despertados pelos sinos se preparavam para concorrer a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde os irmãos 3º da ordem pretendiam com toda solenidade, decência e piedade trazer à nossas lembranças os mistérios mais sublimes da nossa Santa Religião, como já haviam feitos nos antecedentes anos de 1824,25 e 26 nos quais nada faltou a tão sagrados e veneráveis Atos, e onde se viu sempre a piedade, e a devoção a par da decência e suntuosidade, quando já estava tudo disposto: o templo ornado, a música assalariada, a cera comprada e feitas todas as mais despesas [...] em outras palavras quando dali a poucas horas se ia dar princípios as matinas da quarta feira de trevas, eis chega (incredibile dictu) uma provisão de sua Ex. Rev. o senhor Bispo de Mariana D. Fr. José da Santíssima Trindade, na qual comina a todos os eclesiásticos para que nenhum assista aos Ofícios, que se aviam de celebrar na Capela dos Terceiros do Carmo, sob pena de suspensão. Ó despotismo! Ó nefando despotismo! Ó abominável despotismo! Até quando cevarás tu os negros ódios, as vinganças, as intrigas, e as paixões entre os desgraçados mineiros? Quando se quebrarão as cadeias que ainda te ligam tão estreitamente contigo, ó monstro, ó mais abominável monstro? Sim, eu com razão clamo contra o despotismo, e não pode haver maior mal ao praticado pelo excelentíssimo Bispo para com os Sacerdotes dessa Imperial Cidade. Nos estamos em tempo Constitucionais e tudo que se obra contra a Constituição é despótico ou seja no Eclesiásticos, ou no Civil ou no Militar. A Constituição no artigo 179 quando estabelece os direitos do cidadão, diz no Parágrafo I: nenhum indivíduo pode ser obrigado a fazer, alguma coisa senão em Virtude da Lei (*O Universal*, 13/04/1827, n. 273). (grifo nosso).

Se pensarmos que as críticas feitas pelos liberais ao bispo, e as identidades criadas para este, faziam parte da tarefa diuturna liberal na implementação do seu projeto, podemos observar que os liberais se atinham inclusive ao vocabulário utilizado pelo mesmo e o censuravam da seguinte maneira:

[o Bispo] Começa a Pastoral: a todos os nossos súditos etc., esta expressão – compete ao Imperante como Chefe do Poder Executivo estão sujeitos todos os cidadãos: esta expressão não é própria do tempo da Igreja primitiva. São Paulo tratava os cristãos por irmãos e aos Bispos e Vigários por cooperários; e nunca se lembrou de os chamar de súditos, mas São Paulo escreveu em seu tempo em que a Igreja não pretendia dominar e só converter algumas para o rebanho de Jesus Cristo: a frase é própria do tempo e que a Igreja se esforça para não perder os domínios, que lhe granjearam a ignorância dos povos e os séculos do barbarismo (*O Universal*, 19/04/1826, n. 27).

Ainda sobre as táticas liberais e o confronto com o bispo, vemos em um extrato do periódico chamado Dicionário Corcundativo, um dos elementos didático-pedagógico dos periódicos liberais, a seguinte definição: “BISPO - um mero executor das ordens do

Papa (no sistema servil)... Um soberano executor das leis de Deus na sua Diocese (segundo o sistema liberal)” (*O Universal*, 19/06/1829, n. 302).

Os liberais criticavam inclusive as instituições e as ordens que estavam relacionadas ao Bispo, como as críticas ao Colégio do Caraça da Congregação Lazarista¹⁴. Sendo essa instituição apoiada pelo bispo é natural que os liberais a vissem como uma instituição maléfica ao projeto liberal, pois, de acordo com o periódico liberal *O Universal* “Quando veremos os nossos jesuítas do Caraça inibidos de influir sobre o espírito da mocidade e de preparar na província de Minas o longo reinado da superstição e do despotismo?” (*O Universal*, 06/10/1828, n. 193).

Todavia, lembramos que o embate entre os liberais e o bispo Santíssima Trindade, as instituições e ordens apoiadas por este, não foi uma disputa particular “doméstica”, embora em alguns momentos ela tenha se concretizado¹⁵. Consideramos que ela esteja inserida no bojo de uma disputa que extrapola questões simplesmente isoladas, pois, compreendemos que esse embate seja resultado da necessidade dos liberais de elaborarem e difundirem uma visão diversificada da religião católica institucionalizada que era a favor da centralização do governo. Em outros artigos observamos como na supracitada crítica à Igreja, os liberais não podendo negligenciar o ethos religioso mineiro, buscaram na oposição que fizeram a ela, propor uma religiosidade desvinculada a Igreja, em um processo que nós denominamos de intercambio de signos. Por hora, nos limitaremos a esses pequenos apontamentos sobre a relação entre o Bispo Santíssima Trindade e os liberais mineiros.

Anexo (referente à nota número 15)

¹⁴ O Colégio do Caraça que funcionou como uma Escola Apostólica para formação do clero lazarista e foi dirigido pelos padres da Congregação da Missão, recebeu de “D. João VI o título de Real Casa da Missão e, em 1824, do Imperador Pedro I, o de Imperial casa”. O Colégio que “localiza-se no município mineiro de Catas Altas, na região, que no século passado, era conhecida por Matto Dentro de Minas – designação área de vegetação ao oriente da Serra do Espinhaço”. ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. p.19. O Colégio do Caraça era apoiado pelo bispo Trindade, pois: “seu apoio aos padres lazaristas do Caraça, recomendando suas missões ou defendendo-os nos momentos de conflitos com seus variados opositores, soma-se aqui aos seus próprios esforços junto ao seminário episcopal” (Trindade, 1998, p. 37).

¹⁵ Sobre os mencionados embates concretizados, houve um conflito às vésperas da abdicação de Imperador, onde Trindade uniu e armou seus escravos e os escravos de seus partidários, diante do boato da possibilidade de ser preso. Tais informações podem ser lidas no documento em anexo extraído e copiado do periódico liberal *O Universal*. Todavia, lembramos que tal notícia é dada dentro da lógica ideária e didático-pedagógica dos liberais de atacarem os absolutistas criando identidades para os mesmos.

O Universal – quarta-feira – 06 de abril de 1831 – N. 578

Ouro Preto – Na tipografia do O Universal

Interior

A cidade de Mariana que parecia assento de paz e concórdia, tem sido o teatro de cenas bastante tristes de tempos a essa parte, e mormente na última semana.

Pelas folhas públicas se tem já anunciado parte do que ali ocorreu e como julgamos muito importante a narração dos últimos acontecimentos, referi-los-emos, conforme nos chegaram a notícia.

Na noite de quarta feira de Trevas espalhou-se o boato que se pretendia prender a S. Ex.Rm., e dá-se como origem dessa notícia tão presumida de fundamento, quanto imprópria de um povo civilizado (quaisquer que sejam as qualidades do Bispo) o haver dito o Coronel Almeida na casa de administração do Correio que a paz não se restituía outra vez à cidade enquanto nela fossem conservados os Frades que tanto tem comprometido nosso prelado, a quem faltam exatamente a necessária perspicácia para saber dirigirem-se em tempos de crise aquela prudência com que ele deveria regular todas as suas ações. As expressões do honrado brasileiro foram logo aumentadas por alguns inimigos da liberdade da nossa terra que ali se achavam presentes, e crescendo à proporção que passavam de boca em boca, foram ter já desfigurados aos ouvidos do Juiz de Paz o sr. Gonçalo da Silva Lima, pelo canal do Serra, e Fr. Manoel, os que pediram força armada para a defesa de S. Ex. Rm. O juiz de paz, que não peca por inocente, sem examinar maduramente as provas que haviam pode se dar crédito a uma suspeita injuriosa até ao bom povo marianense, mandou pelo seus oficiais de quartirão angariar a força e com efeito se ajuntaram para mais de oitenta pessoas, armadas de azagaias, varapaus... e postou-se esta guarda junto da Sacristia da Sé. Logo que se concluíram os Divinos Ofícios o S. Ex. saiu a porta para dirigir ao Palácio, pôs-se a frente daquela multidão de defensores da sua pessoa, e assim acompanhado chegou ao seu Palácio, donde voltando a multidão, insultou, injuriou, e ultrajou a muitos cidadãos respeitáveis por suas opiniões políticas, por seu caráter, e por muitas outras circunstancias; quebraram-se telhados, janelas, etc. dando-se vivas e morras à diferentes pessoas, conforme haviam sido insinuados por quem para isso lhes pagou.

Esse fato não passaria de uma cena burlesca, se não olhássemos para as suas conseqüências, e se por ventura a multidão se houvesse limitado a acompanhar a S. Ex. até seu Palácio; mas refletindo-se bem no que pode daí originar-se, não nos dispensaremos de dizer sobre isto algumas palavras.

As assuadas à porta de cidadãos honrados, feitas por uma multidão armada, sem que o Juiz de Paz se abalasse do seu domicílio para a dispersar e proceder contra os desobedientes, provam a sua conivência; e exigem que o governo o faça responsável pela omissão com que deixou de velar na segurança do povo do seu Distrito, pelas leis confiadas à sua guarda. A impunidade de tais delitos fazendo as Autoridades suspeitas aos cidadãos obriga-os a que se armem para repelir os insultos e ataques feitos à sua propriedade, à sua residência, coisas tão sagradas pelas nossas Leis. Nasce daqui a represália e o ódio oculto, que fermenta no coração do homem injustamente ofendido, quando chega a manifestar-se, é por atos de desforços que as Autoridades não podem muitas vezes impedir, e que arrastam com a ruína particular a desordem pública, em que são sacrificados milhares de vítimas inocentes.

Se o senhor Juiz de Paz pesasse bem os males que nasceram do seu desleixo e indolência, procuraria melhor desempenhar as suas obrigações, e mostrar-se grato a seus Concidadãos que lhe não confiaram uma magistratura de tanta importância para verem correr a revelia os seus mais sagrados interesses. (...)

Ora, se alguém pretendesse atacar a pessoa do S. Ex. Rm. necessariamente deveria procurar grande número de cúmplices bem armados para poder acometer a um homem, cuja dignidade infunde todo respeito, e que além disso indo acompanhado de tanta gente, não era possível que deixasse de ser por ela defendido. Fácil é agora conhecer-se com quanta imprudência obrou o Juiz de Paz, mandando homens armados para escolta de S. Ex. Rm., quando ele podia muito bem evitar qualquer desordem que receasse destacando essa mesma gente a rondar aqueles pontos, onde se pudesse formar qualquer emboscada e dispersando qualquer grupo que se reunisse nos lugares por onde havia o S. Ex. Rm de passar: assim cumpriria ele o seu dever e pouparia o S. Ex. Rm o ridículo papel de meter-se entre homens armados de azagaias e varapaus, representando ao vivo o papel de Iscariotes quando foi vender a Jesus Cristo. Nem se diga que S. Ex. Rm obrou assim pelo receio de ser acometido. Se o senhor Bispo conhecesse a importância do lugar que exerce e se lhe desse o apreço que ele merece, confiaria em si

mesmo, e recusaria a companhia de uma multidão armada: era nesse lugar que S. Ex. Rm revestido da mansidão cristã, e ao mesmo tempo daquela coragem dos antigos apóstolos deveria exortar o povo a que se recolhesse tranqüilo, mostrando que a vida do homem depende da vontade do Criador, que lhe pôs um termos além do qual ele não pode passar *Porsuisti terminos ejus qui proeteriri non ponterunt* e por aqui discorrendo, avivaria a fé já tão amortecida, reanimaria as esperanças das almas túbias, a confiança do Sr. sem cuja vontade nada se move sobre a Terra, e tocando dessa sorte o coração dos seus Diocesanos desanimaria até os seus próprios inimigos à vista de sua humildade e da sua fé em Deus. O Bispo que se arma para defender a sua pessoa, dá uma prova de que não confia na Religião, que nos ensina a crer que o Senhor guarda os caminhos do Justo, e esse exemplo afrouxa a Religião entre as almas fracas.

Tudo isso parecerá incrível, mas são fatos que aconteceram a duas léguas da Capital, fatos atestados por centenas de testemunhas oculares, e quando parecia termos chegado ao fim do Drama representado na pacífica cidade , eis que aparece uma nova cena. S. Ex. Rm. no dia quinta feira Santa veio para Sé acompanhado de seus escravos armados de porretes para o defenderem. Poderá alguém desculpar o primeiro passo da noite de quarta-feira, seria S. Ex. Rm. constrangido a seguir a multidão, mas quem se atreverá a justificar o segundo passo. Ele é uma prova irrefragável do ânimo belicoso do Prelado, da sua falta de confiança nas autoridades a quem está incumbida a vigilância do sossego público, e finalmente na nenhuma consideração da sua dignidade, aliás tão respeitável. (...) (grifo nosso).

Referência bibliográfica

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

ÁVILA, Affonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: ÁVILA, Afonso. *O Lúdico e as projeções do Barroco II: áurea idade áurea da terra*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 2007.

- CAMURÇA, Marcelo. *Ciências sociais e ciências da religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros – uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1986.
- FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.
- FORTES, Solange Sabino Palazzi. Atividades Produtivas em Vila Rica. *LPH- Revista e História*, Mariana, v. 1, n. 1, 1990.
- GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIMA, J. Lopes de. *Dicionário Corcundativo ou Explicação das frases dos corcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte: Marx – Engels*. Obras escolhidas. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982, Tomo I.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan: FAPERJ, 2003.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.
- RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
- ROSANVALION, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, 1995.

SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

TEIXEIRA, Faustino. *Sociologia da Religião – enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes: 2003.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

FONTE: *O Universal*, Ouro Preto, 1825-1831.